

Investir na crise

20 JAN 1983

EDUARDO BRITO

Editor de Economia

CORREIO BRAZILIENSE

Economia - Brasil

Fala-se muito no balanço de pagamentos, na dificuldade de captar recursos, nos baixos preços das **commodities**, mas alguns dos sérios problemas que estão ocorrendo aqui mesmo, dentro do país, recebem atenção muito menor. É o que constatava ontem um importante empresário de São Paulo, para apontar o que, em sua opinião, constitui o principal indicador de que a situação econômica é ainda mais grave do que se acredita e que as esperanças de recuperação rápida diminuem. "Ninguém mais está investindo" - assegura ele.

O baixo nível de investimento, na verdade, é um problema crônico em todo o Terceiro Mundo. Exatamente por isso, os países em desenvolvimento têm recorrido - ou melhor, vinham recorrendo de forma crescente à poupança externa, tomando recursos no mercado internacional, em um processo que se acentuou a partir do primeiro choque de aumento nos preços do petróleo. Fosse para fazer frente a essa conta ampliada, fosse para investir em projetos nacionais, os países em desenvolvimento endividaram-se.

"Não se violam leis econômicas, como não se violam leis naturais" dizia o empresário. O fato verdadeiramente importante, na sua opinião, é que a poupança interna alcança índices incompatíveis com o potencial e com a produção nacionais. Essa poupança, mostra ele, não tem crescido, mesmo em anos considerados **bons** em termos econômicos, como em 1980, quando o PIB andou em ritmo de **milagre brasileiro**.

A inflação, lembra, constitui



uma forma de poupança induzida. Todo mundo sabe que, com ela, alguns perdem e outros ganham. Perdem, por exemplo, os assalariados, que devem aguardar certo tempo para a reposição - quando ocorre de seu poder aquisitivo. Ganha, entre outros, o Governo. Assim, o uso de recursos inflacionários como a emissão de moeda para financiar a ação governamental representa, na verdade, a criação de uma poupança compulsória. O Governo tem como financiar seus projetos, mas à custa de uma compressão da receita real de parte da população.

É evidente que esse não representa todo o problema, assim como não foi esse recurso que evitou o recurso à poupança externa. Mas porta-vozes categorizados do Governo admitem que os gastos governamentais constituíram a principal pressão inflacionária do ano que passou. Subsídios, repas-

ses às estatais, despesas com a máquina administrativa elevaram esses gastos, que agora o Planalto procura cortar, conforme se prometeu ao FMI. Isso, aliás, demora algum tempo a fazer efeito, tanto assim que já se tem como certo a volta da inflação, ainda que por curto prazo, à casa dos cem por cento.

A inflação, porém, está na raiz do descrédito da moeda nacional, raciocina o empresário. "Há algum tempo, sete ou oito anos, era possível trocar cruzeiros em Roma ou Londres, enquanto hoje isso só acontece em algumas cidades paraguaias e argentinas" - constata ele. Na verdade a maioria das moedas fortes não tem lastro e, apesar disso, são aceitas. Já o pobre cruzeiro, ninguém o quer. Se tivesse um pouco de aceitação, ao menos um dos graves problemas atuais, a ameaça da chamada **crise cambial**, estaria em parte exorcizada.

E aí, para esse importante empresário de São Paulo, que reside o ponto crítico das dificuldades brasileiras. E aí que está, em sua opinião, a raiz da incerteza que alcança todos os setores da economia. "Se o governo está cortando os investimentos de suas empresas, as estatais, os empresários estão cortando muito mais, ainda que por motivos diferentes" afirma ele.

O problema maior, para se ressaltar os investimentos, é, a curto prazo, enxotar a incerteza. A médio e longo prazos, porém, a única solução para esse crônico problema está em aumentar a poupança nacional. Resta ver quem deve ter seu consumo comprimido para que isso aconteça.